

PROJETO DE LEI N. , DE 2015
(Do Sr. Domingos Neto)

Estabelece critérios para a
caracterização de Municípios em
estado de vulnerabilidade social e dá
outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece critérios para a caracterização de Municípios em estado de vulnerabilidade social, para fins de promoção de políticas públicas preferenciais de desenvolvimento.

§ 1º Entende-se em estado de vulnerabilidade social o Município que apresentar as seguintes características:

I - possuir índice de Gini de renda domiciliar *per capita* superior ao nacional; rendimento domiciliar *per capita* abaixo de 75% da média nacional e integrar unidade federativa cujo rendimento mensal domiciliar *per capita* da população residente seja de até 75% da média nacional; ou

II - integrar o semiárido brasileiro e constituir Núcleo de Desertificação, conforme critérios estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas de Combate à desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Art. 2º A aferição dos indicadores estatísticos de que trata esta Lei será realizada com base nos dados mais recentes disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, havendo manifesta impossibilidade, por outro instituto público.

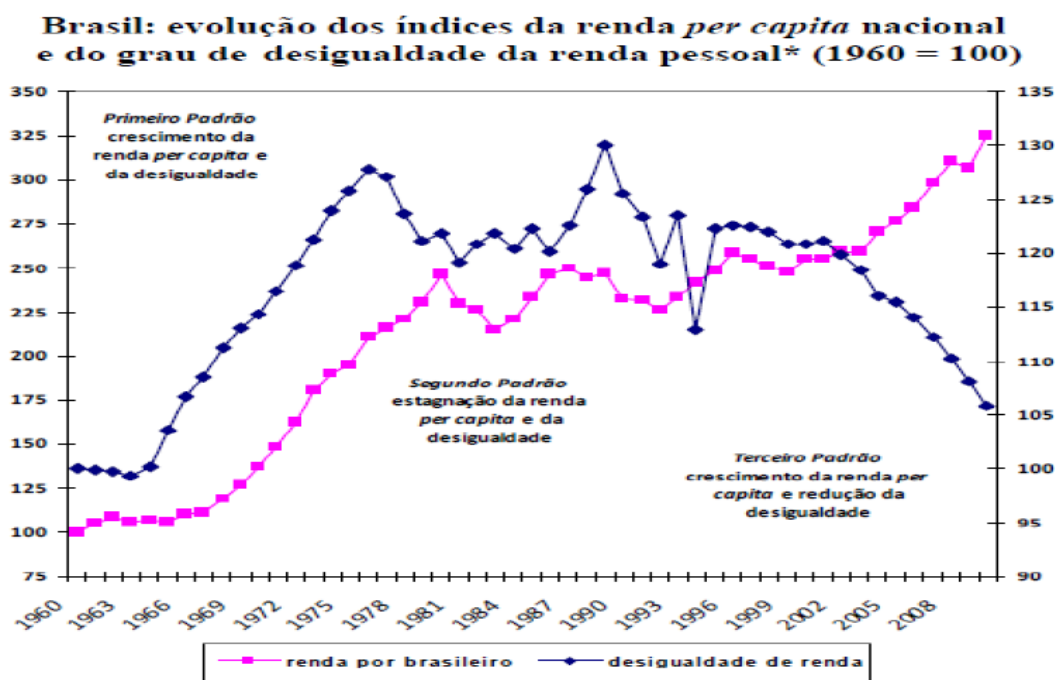
Art. 3º Os Municípios em estado de vulnerabilidade social receberão, na forma da Lei, tratamento diferenciado no que tange às ações estatais, inclusive no que se refere à distribuição dos recursos federais e estaduais, visando ao crescimento sistemático dos espaços menos desenvolvidos.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A análise da evolução dos indicadores socioeconômicos da sociedade brasileira permite afirmar que, ao longo dos anos, tem havido sistemático aumento da renda *per capita* do brasileiro e redução da desigualdade na distribuição de riqueza.

A propósito de tais considerações, destaque-se, inicialmente, a evolução de renda combinada com a distribuição de riqueza, nos termos do gráfico abaixo.¹

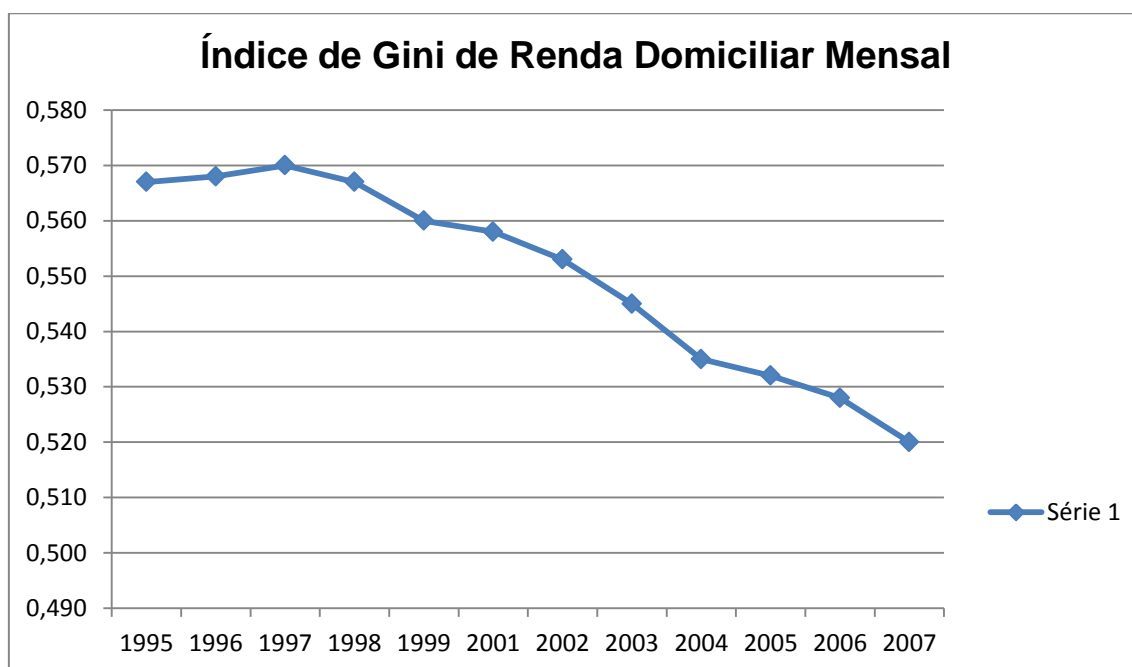


Do gráfico acima, é possível depreender que a renda *per capita* nacional aumentou mais de 130% entre 1960 a 2011. Além disso, o Coeficiente de Gini caiu consideravelmente. Vale destacar aqui que esse índice mede a distribuição de riqueza, indo de zero - situação hipotética em que todos têm a mesma renda - a 1 (um) - situação em que uma pessoa detém toda a renda. Portanto, quanto mais próximo a zero, maior o equilíbrio na distribuição de riquezas. A corroborar a diminuição na concentração de renda, colhe-se ainda a tabela e o gráfico abaixo:

¹http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/110804_comunicadoipea104_apresentacao.pdf

Índice de Gini de Renda Domiciliar Mensal²

1995	0,567
1996	0,568
1997	0,57
1998	0,567
1999	0,56
2001	0,558
2002	0,553
2003	0,545
2004	0,535
2005	0,532
2006	0,528
2007	0,52



Apesar dos avanços, o Brasil ainda arrosta dificuldades. A propósito disso, deve-se apontar as enormes assimetrias regionais. Nesse contexto, note-se que a região nordeste, que representa 27,8% da população nacional, responde apenas por 13,5% do PIB nacional. Já a região Sudeste, que possui 42,1% da população, ostenta 55,4% do PIB³. Ou seja, a diferença percentual entre Nordeste e Sudeste, em termos populacionais, é de aproximadamente 50%, mas o desnível de PIB é superior a 300%.

Nesse contexto, o Ministério da Integração Nacional já estabeleceu balizas da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, tendo por

² <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=0&vcodigo=FED103&t=indice-gini-distribuicao-rendimento-mensal-domicilios>

³ Alves, Adriana. Ministério da Integração Nacional. Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional. Apresentação sobre “ Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional”.

pressuposto exatamente o fortalecimento da coesão social, econômica, política e territorial do Brasil. Tal política ampara-se em quatro princípios básicos: convergência, competitividade regional e geração de emprego e renda, agregação de valor e diversificação econômica e construção de uma rede de cidades policêntrica⁴.

Vale destacar, dentre esses princípios, a convergência. A convergência visa a reduzir as diferenças no nível de desenvolvimento e na qualidade de vida inter-regional e intrarregional, promovendo equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. Pressupõe que as economias dos espaços menos desenvolvidos devem crescer sistematicamente acima da média nacional, verificando-se a necessidade de tratamento diferenciado no que se refere à distribuição dos recursos federais e estaduais, baseado na solidariedade regional⁵.

Enfim, a ideia prevalecente é que determinadas microrregiões evocam uma atenção especial da Federação brasileira no que diz respeito à adoção de mecanismos que impulsionem seu desenvolvimento, sob um novo paradigma de abordagem, alterando-se o padrão macrorregional (exógeno, grandes investimentos, sem controle social, *top down*) para o padrão de Múltiplas Escalas (endógeno, exploração do potencial local, controle social, *bottom up*). A estruturação de políticas públicas deve levar isso em consideração.

Este projeto tenciona eleger critérios para identificar as áreas de maior vulnerabilidade social, visando à promoção de políticas públicas de incentivo. Assim, são arrolados alguns indicadores estatísticos, bem como destaque para o semiárido brasileiro, haja vista a sabida precariedade de condições de tal região, mormente quando agravada pela situação potencial de desertificação.

Deputado **DOMINGOS NETO**

(PROS/CE)

⁴ Id.

⁵ Id.